
1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONCIDADE-BC de 2022

ATA 03/02/2022 – 153ª Reunião do ConCidade-BC

Ao terceiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, às dezoito horas e quarenta minutos, realizou-se a primeira reunião extraordinária do ano, sendo a centésima quinquagésima terceira reunião do Conselho da Cidade, na Câmara de Vereadores, situada na Avenida das Flores, 675, no Bairro dos Estados, no modelo virtual, através da plataforma “ZOOM”, presidida pela Sra. Adeltraut Zoschke Zchappo (Secretária de Planejamento), com a participação de forma virtual dos seguintes conselheiros (as): Toni Fausto Frainer - Sec. de Planejamento (S), Lilian Martins Camargo - FMC (S), Fabiana T. Buhner – Procuradoria Jurídica (S), Maurino Adriano Vieira Júnior – Secretaria de Articulação (S), Maria Heloisa Lenzi - Secretaria de Meio Ambiente (T), Alex Haacke – Associação AME (T), Dagmar Clarissa Bassegio Muller – Comitê do Rio Camboriú (S), Valdir de Andrade - CONSEG Balneário Camboriú (T), Leonardo L. Muller – CONSEG Barra Norte (T), Rafael Pierozan – OAB (T), Eraldo Luiz de Carvalho Junior – SINTRACESC (T), Gustavo Rauh Schroeder – SINTRACESC (S), Luciene Cristine Vieira – CDL (T), também participaram a Eng.^a Clelia (SPU), a Sra. Aldaneves Mantelli Clezar, representante da solicitação de dispensa de EIV e o Sr. Guto Índio da Costa representante responsável pelo projeto de reurbanização da Praia Central. A Presidente Adeltraut iniciou a reunião com a leitura da pauta, publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM) do dia 25 de janeiro de 2022, sendo: 1. Análise e deliberação referente ao Processo nº 49.590/2021, requerido por Associação Atlética Banco do Brasil - AABB, solicitando a dispensa de apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), para a sede da associação com área construída de 2.158,24 m², em lote com 27.878,40 m² de área, situado à Avenida Palestina, nº 1510, Bairro das Nações e matrícula 124808, conforme §1º, art. 3º, da Lei Complementar nº 24/2018; 2. Apresentação do projeto de reurbanização da orla da Praia Central - Instituto +BC; 3. Assuntos gerais. Em seguida foi apresentado vídeo institucional encaminhado pela representante do requerimento, a Clelia esclareceu que a motivação para a exigência do Estudo de Impacto de Vizinhança se deu pelo lote ter mais de 10.000m², conforme inc. I, art. 53, da Lei 2794/2008. Seguindo a Sra. Adeltraut abriu inscrições para manifestações, onde a conselheira Maria Heloisa se manifestou considerando que onde será construído nova sede social de 2.000m², deverá haver eventos e se tornar um pólo atrator de tráfego comprometendo assim a vizinhança e cabendo a realização de EIV. Porém a senhora Aldaneves se manifestou alegando que não será construída obra de 2.000m², que apenas foi feito acréscimo de aproximadamente 700 m², sendo vestiários para quem pratica esportes e para atender a escola de bombeiro mirim, salão com sinuca e tênis de

mesa, o salão de festas continua o mesmo, com capacidade para aproximadamente 200 pessoas. Também colocou que o horário de funcionamento é bem amplo, sendo das 7:00 horas às 23:00 horas, o que faz com que não tenha aglomerações, os automóveis são estacionados dentro do espaço da associação e a mesma também realiza várias campanhas de arrecadação e doação de agasalhos e brinquedos, bem como competições esportivas integrando a comunidade em geral. Continuando a conselheira Maria Heloisa afirmou que a causa é nobre, e muito bem-vinda para a cidade, porém os conselheiros teriam que considerar que a ampliação ultrapassa os 30% previstos na legislação para a realização de estudo de EIV e também o fato do terreno ser maior que 10.000m², logo em sua opinião se faz necessário o EIV. Em seguida a conselheira Dagmar Clarissa perguntou se a obra amplia a capacidade de tráfego de pessoas, se não, ela não vê como aumento do impacto atual. O conselheiro Rafael Pierozan também se manifestou colocando que endente as preocupações levantadas, porém se o acréscimo realizado é apenas para o conforto das pessoas que já frequentam, e se tratando somente de melhorias para a estrutura existente, sem ser um atrativo para a ampliação do número de pessoas, entende que poderá ser dispensado o EIV. O conselheiro Valdir de Andrade manifestou que o espaço também é para a locação para terceiros e que é cobrado por isso, e que realmente durante a pandemia locais de entretenimento estavam fechados, por isso não tinha receita, mas com isso não é possível afirmar que não haverá fluxo de pessoas, pois a AABB explora a atividade econômica de locação. A senhora Aldaneves afirmou que é locado salão onde cabem no máximo 240 pessoas, porém essa obra é para os associados. A Presidente solicitou o número de associados e teve como resposta 390. O conselheiro Eraldo questionou se existe alguma previsão de aumento de sócios, e se é restrito a colaboradores do Banco do Brasil. A representante respondeu não ser restrito, e que 60% do quadro de associados no momento são pessoas da comunidade, e o máximo são 400 pessoas com atividades bem diferenciadas que usufruirão da estrutura em diferentes horários. Sanadas as dúvidas a Presidente colocou em votação a deliberação referente ao Processo nº 49.590/2021, requerido por Associação Atlética Banco do Brasil - AABB, solicitando a dispensa de apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), para a sede da associação com área construída de 2.158,24 m², em lote com 27.878,40 m² de área, situado à Avenida Palestina, nº 1510, Bairro das Nações e matrícula 124808, conforme §1º, art. 3º, da Lei Complementar nº 24/2018, sendo que votaram contrários a dispensa do EIV as conselheiras Lilian Martins Camargo, Fabiana T. Buhner, Maria Heloísa Lenzi e o conselheiro Maurino Adriano Vieira Júnior; e a favor votaram os conselheiros Alex Haacke, Valdir de Andrade, Leonardo Luchtenberg Muller, Rafael Pierozan, Eraldo Luiz de Carvalho Junior e a conselheira Luciene Cristine Vieira, ficando aprovada a dispensa de EIV com 4 votos contrários e 6 favoráveis. Seguindo com a pauta, a Presidente passou ao assunto

dois da pauta e a palavra ao diretor da Secretaria de Planejamento e engenheiro Toni, que está participando do projeto de reurbanização junto com o Instituto +BC. O mesmo agradeceu, e passou a palavra ao representante do escritório de Arquitetura Índio da Costa. Guto Índio da Costa apresentou a equipe de trabalho responsável pelo projeto que são os arquitetos Leonardo e Carlota, a equipe estava reunida para a apresentação do anteprojeto de reurbanização da orla da Praia Central. Guto explicou que em meados de 2020 o escritório participou de concorrência de projetos, a convite do Instituto +BC, para projetos, ideias e propostas para a reurbanização da Praia Central de Balneário Camboriú, no qual o escritório foi escolhido vencedor e desde então tem trabalhado junto ao estudo extremamente integrado com a Prefeitura, Prefeito, Secretariado e Profissionais Técnicos de Balneário Camboriú. Os mesmos lembraram de como a Praia era com a faixa de areia estreita e chegando aos dias de hoje com o alargamento e faixa de areia extensa, porém com a parte da orla desatualizada. Em seguida expôs com o auxílio de imagens compartilhadas na tela, as propostas desenvolvidas pelo escritório. Também colocou que o projeto privilegia o pedestre em todos os momentos, decisão da administração que assim fosse, com calçadão mais amplo, ciclovias, espaços infantis, dog parques, chuveiros, banheiros, quiosques, estações de ginástica, arborização e praças e desse modo fizeram ampla explanação do projeto e agradeceram a oportunidade. Em seguida a Presidente abriu inscrições para manifestações e passou a palavra a conselheira Lilian da Fundação Cultural, que fez questionamentos sobre os monumentos que hoje estão instalados na orla da Praia Central, se haverá espaço e manutenção dos mesmos e também espaço para novos monumentos, também falou sobre as canoas tainheiras que estão na orla e fazem parte da história de Balneário Camboriú, e que hoje são muito fotografadas pelos turistas. Também perguntou da possibilidade de manter o recorte do *petit pavê* nas calçadas considerando a história e importância dele nas praias, ao menos em alguma parte, como um acervo histórico dessa estética. Guto respondeu que todos os monumentos atuais serão mantidos e relocados para o novo calçadão, ganhando espaço e maior relevância, que também será mantido e ressaltada a pesca artesanal, que é parte da cultura da cidade. Com relação ao *petit pavê*, o arquiteto Índio expôs, ser muito dinâmico trabalhar com esse material e que já teve a oportunidade de ver trabalhos incríveis, porém do ponto de vista de manutenção ele se torna inviável, pois esburaca com muita facilidade deixando de ser acessível e trazendo problemas aos pedestres e cadeirantes, mas que será pensado pela equipe com relação ao memorial. Continuando o conselheiro Valdir representante do CONSEG – Balneário Camboriú, se manifestou questionando se há previsão de heliportos nos molhes e qual viés de tecnologia será adotado no monitoramento da orla, afirmando que as bases de segurança deverão ser integradas. Guto respondeu que essa questão ainda está em estudo mas a intenção é fazer os heliportos nos

molhes, porém ainda depende de aprovações dos órgãos responsáveis, mas que há previsão da colocação de um grande número de câmeras, interligadas com o sistema de Polícia em toda a extensão da praia. A Presidente esclareceu que a apresentação em questão é do anteprojeto e ainda serão feitos todos os projetos complementares que incluirão também a segurança. Em seguida o conselheiro Leonardo, representante do CONSEG – Barra Norte, se manifestou e questionou com relação a localização as bases policiais e dos sanitários se ficarão integrados aos quiosques. Índio respondeu que a orientação recebida era de manter os três pontos hoje existentes, também colocar totens e aumentar o monitoramento através de câmeras de segurança e que os banheiros ficarão junto dos quiosques. A conselheira Ciça, representante do Comitê do Rio Camboriú perguntou se existe a possibilidade de adotar o asfalto permeável, o conselheiro Leonardo acrescentou que as calçadas também deveriam ser. Índio respondeu que o asfalto não seria substituído, mas que pode ser uma ideia a ser discutida, apesar dos custos. Com relação as calçadas, há exemplo do *petit pavê*, ele se torna inacessível por ser muito áspero e também a própria areia da praia tornará o piso impermeável ao longo dos anos, porém haverão imensos jardins e a areia na praia que são permeáveis, mas que será levado em consideração. A conselheira Luciene representante do CDL, reforçou a necessidade das calçadas e asfaltos permeáveis devido ao longo período de chuvas que a cidade passa. Guto acrescentou que em paralelo, por outra empresa, está sendo feito o projeto de drenagem de águas pluviais. Sem mais perguntas, a Presidente agradeceu pela apresentação e passou aos assuntos gerais, avisando que foi publicado edital de chamamento das entidades que participam da revisão do Plano Diretor para atualização dos seus delegados titulares e suplentes, conforme consta no edital e solicitou para que todos ajudem a divulgar. Com isso a Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às vinte horas e vinte e um minutos. Nada mais sendo dito, eu, Michela Denise Parno, secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata, composta de quatro páginas para que assinada surtam seus efeitos legais.

